

A QUESTÃO INDÍGENA NA GEOGRAFIA ANGLÓFONA

*THE INDIGENOUS ISSUE IN
ALGLOPHONE GEOGRAPHY*

*LA CUESTIÓN INDÍGENA EN LA
GEOGRAFÍA ANGLÓFONA*

Rafael Zilio

Universidade Federal do Oeste do Pará
rafael.zilio@yahoo.com.br

Resumo:

O artigo apresenta e discute alguns conceitos e abordagens correntes na Geografia produzida em língua inglesa a respeito da questão indígena, e como tais proposições se aproximam ou se afastam da realidade sócio-espacial brasileira. Primeiro, contextualizo espaço-temporalmente diferenças importantes entre o lócus de referência discursiva anglófono e o brasileiro. Depois, coloco e debato o conceito de indigeneidade enquanto chave de interpretação da espacialidade dos povos indígenas e aponto a quase não utilização do conceito de território. A partir disso, comento a incorporação das teorias mais-que-humano na Geografia, os limites e potenciais da construção das geografias mais-que-humanas com relação ao conceito de ambiente para a análise da questão indígena, e a neoliberalização da gestão dos territórios indígenas sob o manto da governança. Finalizo sistematizando os principais conceitos e ideias colocados, e possíveis operacionalizações em Abya Yala sob uma perspectiva anticolonial.

Palavras-chave: Questão indígena, Povos indígenas, Geografia anglófono, Indigeneidade, Neoliberalismo.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Abstract:

The article presents and discusses some concepts and current approaches in Geography produced in the English-speaking world regarding Indigenous issues, as well as how these propositions converge with or diverge from the Brazilian socio-spatial reality. It provides a spatiotemporal contextualization of significant differences between the Anglophone and Brazilian discursive reference loci, a debate on the concept of indigeneity, and an "erasure" of territory. I comment on the incorporation of more-than-human theories into Geography and the neoliberalization of Indigenous territory management under the guise of governance. I conclude by highlighting possible applications of these ideas in Abya Yala from an anti-colonial perspective.

Keywords: Indigenous issue, Indigenous people, Anglophone Geography, Indigeneity, Neoliberalism.

Resumen:

El artículo presenta y discute algunos conceptos y enfoques actuales en la Geografía producida en lengua inglesa sobre la cuestión indígena, y cómo dichas proposiciones se aproximan o se alejan de la realidad socioespacial brasileña. Se ofrece una contextualización espacio-temporal de diferencias importantes entre el locus de referencia discursiva anglófono y el brasileño, el debate sobre el concepto de indigenidad y un "borrado" del territorio. Comento la incorporación de las teorías más-que-humanas en la Geografía y la neoliberalización de la gestión de los territorios indígenas bajo el manto de la gobernanza. Concluyo destacando posibles aplicaciones de estas ideas en Abya Yala desde una perspectiva anticolonial.

Palabras-clave: Cuestion indígena, Pueblos indígenas, Geografía anglófona, Indigenidad, Neoliberalismo.

Introdução¹

Nas últimas duas décadas o interesse sobre a questão indígena por parte de geógrafos e geógrafas anglófonos/as tem aumentado atravessado por abordagens, conceitos e teorias produzidos muitas vezes em contextos de esporádica relação com povos e territórios indígenas, sendo que os condutores das investigações são majoritariamente não-indígenas – fala-se, pois, sobre o Outro. Levantamento realizado em alguns dos principais periódicos de “Geografia Humana” mostra a regularidade de referenciais empíricos baseados em países do chamado Norte Global e anglófonos: Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia. No que se refere a referencial teórico, especificamente a Geografia britânica influenciada pela teoria da estruturação de Giddens (ver Giddens, 1984) faz amplo uso do par conceitual agência (*agency*) e estrutura (*structure*) para lidar com a capacidade de ação e as margens de manobra dos povos indígenas diante da moderno-colonialidade e do capitalismo. Associam-se as emergentes teorias mais-que-humano (*more-than-human theories*) que desembocam nas chamadas geografias mais-que-humanas (*more-than-human geographies*) para a leitura da relação do humano com os demais seres vivos, aproximando-se do entendimento que temos no Brasil sobre o conceito de ambiente. A abordagem da governança se destaca de modo demasiado acrítico ao quase naturalizar um modo de planejamento e gestão territorial guiado pela ideologia neoliberal que repercute em Parcerias Público-Privadas e em negócios

¹ Artigo oriundo da pesquisa “Análise comparativa das práticas espaciais de autodemarcação, retomada e monitoramento territorial de Terras Indígenas”, coordenada por Rafael Zilio e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 409872/2023-7, Chamada Universal CNPq/MCTI nº 10/2023

realizados diretamente entre grandes corporações e entidades indígenas que funcionam, à luz do direito, como empresas privadas atuando no “livre mercado”.

O presente texto objetiva apresentar e discutir alguns conceitos e abordagens correntes na Geografia produzida em língua inglesa a respeito da questão indígena, e em como tais proposições se aproximam ou se afastam da realidade sócio-espacial brasileira. Primeiro, contextualizo espaço-temporalmente diferenças importantes entre o lócus de referência discursiva anglófono e o brasileiro. Depois, coloco e debato o conceito de indigeneidade enquanto chave de interpretação da espacialidade dos povos indígenas e aponto a quase não utilização do conceito de território. A partir disso, comento a incorporação das teorias mais-que-humano na Geografia, os limites e potenciais da construção das geografias mais-que-humanas com relação ao conceito de ambiente para a análise da questão indígena. A neoliberalização da gestão dos territórios indígenas, o problema da governança e a transmutação de institucionalidades indígenas em associações de empreendedores visando lucro será também explicitada. Por último, destaco a pouquíssima atenção dada à Amazônia frente a consistente produção teórico-conceitual hoje em nosso continente, denotando um caminho frutífero para apresentarmos nossas produções e reflexões sobre a empiria, contribuindo e mesmo contrapondo perspectivas usuais nos países do Norte Global, tensionando a geopolítica do conhecimento posta.

O caminho metodológico adotado consistiu em selecionar os periódicos que mais se aproximam da temática da questão indígena na Geografia a partir do ranking de fator de impacto na área de Geografia fornecido pela plataforma *Observatory of International*

Research (OOIR). Dentre os 20 de maior fator de impacto, escolhi os periódicos *Dialogues in Human Geography*, *Progress in Human Geography* e *Political Geography* por apresentarem maior adesão ao tema em tela através da busca pelas seguintes palavras-chave: *indigenous*, *indigeneity* e *indigenous people*. Após, me debrucei sobre os textos lá publicados, identifiquei ideias e conceitos mais operacionalizados, e autores e obras mais citados, sendo estes também estudados para complementar a análise proposta.

Contextos espaço-temporais e metodológicos diferenciados da questão indígena

Considerando o conteúdo ideológico da toponímia, me refiro ao nosso continente como Abya Yala sob uma perspectiva anticolonial que rejeita o topônimo “América” e coloca a espacialidade e a cosmologia dos povos originários no centro da análise. O povo Kuna, habitante dos atuais Panamá e Colômbia, entende aproximadamente a porção de terras que chamamos de continente americano como Abya Yala, assim como parte do que o colonizador chamou de “Brasil” e “Paraguai”, para o povo Guarani, é Pindorama. Ademais, o topônimo Kuna é hoje adotado pela maior parte do movimento indígena de nosso continente, sendo, pois, uma *categoria da prática*.

Enquanto cá em Abya Yala identificamos a expansão geográfica e subjetiva do capital para territórios construídos sob matrizes de racionalidade outras, notadamente naquilo que é entendido como fronteira agrícola, fronteira do capital ou, como prefiro, fronteira abissal (ZILIO, 2021), nos países anglófonos do Norte Global os territórios indígenas encontram-se profundamente imersos na lógica da mercadoria. Os dispositivos jurídicos brasileiros

que preveem a inalienabilidade das terras em assentamentos da Reforma Agrária, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou a figura da Terra Indígena sob os auspícios da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), não encontram paralelo com o ordenamento normativo dos quatro Estados citados na seção anterior. Bargh (2011) analisa as “corporações Maori” na Nova Zelândia; Nicoll (2009) comenta a permanência de grupos “nativos americanos” na gestão de cassinos nos Estados Unidos; e Stevens (2010) e Haalboom e Campbell (2011) examinam a tensão entre formas de gestão comunitária indígena e gestão neoliberal / mercadológica de áreas protegidas. Tais obras, além da de Coombes, Johnson e Howitt (2012), apresentam um quadro de neoliberalização da gestão dos territórios indígenas, bem como nas transformações de determinadas organizações de povos originários em micro ou pequenas empresas gerindo “ativos ambientais” – tais elementos receberão melhor escrutínio em seção posterior.

Sob inspiração das “teorias mais-que-humano” (que veremos adiante), Panelli (2008) fala das geografias mais-que-brancas/anglófonas (*more-than-white/anglophone geographies*), ou seja, geografias (ou geo-grafias, conforme Porto-Gonçalves [2002]) produzidas fora do centro do que entendemos por sistema-mundo moderno-colonial. Para ela, os principais desenvolvimentos na Geografia acadêmica reforçaram recentemente a crítica estabelecida da Geografia como uma forma “moderna” de conhecimento que historicamente fez parte de um conhecimento científico de base cartesiana e de uma política (imperialista e colonial) mais ampla, em diálogo com Livingstone (1992). O reconhecimento de diversas experiências indígenas e mais-que-brancas/anglófonas mostra que a

Geografia moderna é uma forma culturalmente particular de conhecimento (Panelli, 2008, p. 802), algo que Mignolo (2005) já havia constatado ao relacionar espaço geográfico e localizações epistemológicas no bojo da subalternização de conhecimentos gestados fora do centro do modelo civilizatório capitalista. À medida em que as diversas ontologias e epistemologias de grupos indígenas contrastantes são sistematizadas, mostra-se que as geografias sociais *mainstream*, segundo Panelli (2008, p. 802), refletem visões de mundo e produções de conhecimento cultural e temporalmente específicas. Assim, os debates em torno da indigeneidade – e da prática geográfica sobre a indigeneidade – apresentam caminhos para descolonizar e reimaginar horizontes mais amplos para/da Geografia.

Coombes, Johnson e Howitt (2011, p. 811), ao abordarem criticamente o olhar da Geografia (anglófona) sobre a questão indígena, constatarem estudos geográficos preocupados majoritariamente com a disputa em torno de recursos naturais ou a escassez destes, e uma visão escalarmente empobrecida, onde o localismo é a regra em detrimento de um raciocínio transescalar. Para os três autores, pesquisas anteriores assumiram a estagnação nas comunidades indígenas e em sua cultura, por isso não conseguiram avaliar as relações dinâmicas dos povos indígenas com processos exógenos. São pesquisas que não apreendem o movimento da realidade, deixando de lado uma análise dialética e considerando povos indígenas como “estáticos”, resquícios de um passado bucólico. Em uma sequência de três artigos (Coombes, Johnson e Howitt, 2011, 2012 e 2014), apresentam uma crítica mais dialética sobre a organização política dos povos indígenas e conquista de direitos, e mostram que os conflitos ambientais envolvendo indígenas são o

produto da diferença ontológica – ou, como já propus, trata-se de conflitos geoepestêmicos (ZILIO, 2021 e 2022).

Além das limitações impostas por uma racionalidade colonial, que enxerga o ser indígena como “estático” e “atrasado”, metodologias desenvolvidas no Norte Global ainda não parecem dar conta da complexidade da análise exigida a respeito da questão indígena. Newmann (2009, p. 404) aponta a “metodologia espaçotemporal multiescalar” (*multiscalar spatiotemporal methodology*) utilizada por parte da Ecologia Política, e que distanciaria a análise dos povos indígenas de dois estereótipos: sua gestão da terra (acrescentamos: do território) é regressiva e insustentável no atual estágio do desenvolvimento capitalista; e instituições supostamente mais preparadas ou autorizadas deveriam substituir as associações indígenas na gestão dos recursos naturais.

Por outro lado, Coombes, Johnson e Howitt (2014) tem uma posição crítica a esta e a outras estratégias metodológicas de abordagem da questão indígena no Norte Global. Para eles, abordagens que se dizem “colaborativas” não estão imunes a excessos neocoloniais (p. 846). Investigações baseadas no Norte que lidam com povos indígenas enquanto habitantes “ecologicamente corretos” de locais específicos resgatam superadas etnografias baseadas em lugares (*place-based ethnographies*). Isto serviria para aprisionar os povos indígenas em um estágio “pré-moderno” de desenvolvimento, perpetuar preconceitos de gênero e mesmo invalidar ativismos em escalas supralocais, como demonstra Radcliffe (2013). Um ideário “romântico” de que os povos indígenas e seus valores são exclusivamente atribuíveis à existência baseada em lugares é problemático para a relação da disciplina com a indigenidade (Coombes, Johnson e Howitt, 2014, p. 846).

O mesmo trio de autores comenta, além da metodologia espaçotemporal retratada em Newmann (2009), a *Community-based participatory research* (CBPR), familiar a geógrafos anglófonos. Esta ainda coloca a Universidade como centro da produção do conhecimento e acaba afastando a interlocução indígena (Coombes, Johnson e Howitt, 2014, p. 848), permanecendo a perspectiva vertical e sendo manifestação da colonialidade do saber (Lander, 2005). Rotular uma estratégia metodológica de “colaborativa” não a exime de ser, na prática, hierárquica. Assim, os autores admitem que a inovação metodológica praticada nos países anglófonos centrais, em linhas gerais, ainda não se distancia de uma perspectiva colonial.

Contudo, há geógrafas e geógrafos anglófonos preocupados com a colonialidade do saber na produção do conhecimento e propostas metodológicas que mascaram vieses hierárquicos ao invés de promoverem um efetivo diálogo de saberes. A obra de Radcliffe (2022), *Decolonizing Geography: an Introduction*, é um marco importante na consolidação de tais preocupações. Artigos anteriores da mesma autora demonstram essa tentativa de descolonização teórica e metodológica, ainda que se trate de geógrafa oriunda e baseada no centro do capitalismo mundial. Em Radcliffe (2012), por exemplo, temos uma análise da implementação do *sumak kawsay* (Bem Viver) por parte do Estado equatoriano – um princípio central da Constituição de 2008 e um compromisso com preceitos indígenas de bem-estar coletivo, “economia social” e direitos da natureza. Esses compromissos, segundo Radcliffe, formam uma estratégia pós-neoliberal inspiradora, mas, ao não confrontar o dilema de longo prazo da redistribuição de terras, ou de uma efetiva reforma agrária, a promessa do *sumak kawsay* não pode ser totalmente realizada. As elites estabelecidas há muito tempo já capturam os benefícios de suas

novas práticas econômicas, e a linguagem do *sumak kawsay* tem sido usada para encobrir o desenvolvimento pós-colonial como de costume (Radcliffe, 2012, p. 248).

Já os textos de Laing (2012, 2015 e 2019) demonstram uma imersão significativa no estudo das relações entre os povos indígenas e o Estado Plurinacional boliviano. Para ela, apesar de as reformas constitucionais salvaguardarem os interesses de 32 grupos étnicos, a “Plurinacionalidade da Bolívia” já está se desmantelando em meio a discursos ressurgidos do velho progresso desenvolvimentista e, principalmente, porque uma epistemologia colonial permanece incrustada dentro do Estado (ver Laing, 2012, p. 1051). Às considerações de Laing acrescento que o Estado moderno em Abya Yala é uma instituição colonial por natureza e está na origem de muitos conflitos territoriais contemporâneos (ZILIO, 2022). É nesse contexto espaço-temporal diferenciado que são elaborados conceitos, teorias e abordagens geográficas a respeito da questão indígena. Começamos, pois, com a indigeneidade e a falta de abordagem territorial na geografia anglófona.

Indigeneidade e o apagamento do território

O conceito que mais chama a atenção, e que não possui correspondência direta em português, é o de indigeneidade (*indigeneity*). Para Sarah Radcliffe (2015), indigeneidade é um conceito transdisciplinar que diz respeito, num primeiro momento, à qualidade de ser indígena. É o conjunto de processos e práticas sócio-espaciais pelos quais os povos e lugares indígenas são determinados como distintos (ontologicamente, epistemologicamente, culturalmente, em soberania etc.) em relação a dominantes

“universais”. Observamos que a indigeneidade é operacionalizada enquanto chave de interpretação da dimensão espacial da questão indígena atentando aos processos sociais, culturais, econômicos, políticos, institucionais e epistêmicos por meio dos quais se constrói o significado de ser indígena em um determinado tempo e lugar (Radcliffe, 2015, 221). A indigeneidade como recurso analítico procura demonstrar que ela é produzida através de redes com múltiplos agentes de atuação multiescalar e dentro de contextos específicos, cada um com configurações particulares de histórias coloniais, modernidades pós-coloniais, compromissos epistemológico-ontológicos e formulações de diferença. Em outras palavras, busca explicitar que a indigeneidade não é algo produzido apenas por indígenas: o Estado, ao conceder cidadania e alguns direitos às chamadas Primeiras Nações (*First Nations*) no Canadá ou nos EUA, por exemplo, produz a diferença, e tal diferença é necessariamente uma relação de poder e uma relação sócio-espacial.

Por sua vez, Bryan (2009, p. 25) aborda a indigeneidade sob uma dimensão ideológica que se aproxima da concepção marxiana de “falsa consciência”, comparando-a a mapas pois também funciona como um estilo e uma forma de representar processos históricos e geográficos específicos de povos indígenas que, ao naturalizar assimetrias de poder características do colonialismo, afirmam uma ligação essencialista entre lugar e identidade. A indigeneidade funciona como uma categoria residual, referindo-se ao que existia antes do ocidental ou moderno. Porém, essa categoria joga uma névoa em processos sociais, principalmente na complexidade das relações de poder. Essa indigeneidade descreve assim uma relação e não um fato objetivo; logo, precisamos investigar as relações sociais e de poder associadas ao que chamamos de questão indígena.

Em uma perspectiva desde Abya Yala, e mais especificamente desde a Amazônia, parece-me que a indigeneidade remete a algo que já abordamos, mas sem utilizar o termo: o conteúdo está presente, mas a forma é ligeiramente diversa. Em parte, a indigeneidade está relacionada ao que Frantz Fanon (2022), em 1961, entendeu por colonialidade do ser. Os povos indígenas, ou o ser indígena, são atravessados por múltiplas determinações no mundo moderno-colonial do modelo civilizatório capitalista. Se em grande parte da moderno-colonialidade o indígena foi um resíduo, um entrave, um efeito colateral do “desenvolvimento”, o avanço da ideologia neoliberal vê no ser indígena uma oportunidade para adaptar o capitalismo, “lavar” o modo de produção vigente de verde (o chamado *green washing*), usar alguns indígenas “domesticáveis” para arrefecer as críticas radicais dos movimentos sociais emancipatórios, e afastar toda e qualquer tentativa de superação deste modelo. A concepção de Bryan (2009) pode nos levar a uma análise da valorização capitalista do indígena, o que é mais estabelecido nos casos dos países anglófonos (EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), mas aqui na Amazônia esse processo tem se colocado também nos últimos tempos. Por esse caminho, noto a indigeneidade na esteira da produção capitalista de símbolos para o consumo, esvaziando o conteúdo da cosmologia dos povos originários que é inconciliável com a fratura metabólica do capital (Foster, 1999), já que o capital necessita de acumulação infinita sobre recursos naturais finitos enquanto as matrizes de racionalidade dos povos originários não separam o humano da natureza não-humana. Radcliffe (2015, p. 223) aponta que de acordo com a imaginação geográfica da modernidade, a indigeneidade é naturalizada pela sua associação com uma ligação telúrica (quase magnética) ao local, um

lugar outrora intocado, uma reificação que estabelece perspectivas sobre a mobilidade, as práticas espaciais e as subjetividades dos povos indígenas.

Relacionado à indigeneidade, o entendimento dos anglófonos sobre o termo indigenismo é bem diferente do nosso no Brasil. Enquanto indigenismo (e o termo correlato indigenista) diz respeito a não-indígenas interessados no tema e com relação direta com povos indígenas, ou institucionalmente falando trata-se de uma das carreiras no âmbito da FUNAI, os anglófonos utilizam “indigenismo” como tudo aquilo que diz respeito à questão indígena. Niezen (2000) se utiliza da definição da Convenção das Populações Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho de 1957 ao indicar um movimento social global de crescente proeminência e importância, mas que só tomou forma a partir da década de 1990, movimento esse que Radcliffe (1999) chamou de “coletivo transnacional não diaspórico” (*non-diasporic transnational collective*). Já Castree (2004) observa que o indigenismo não é sinônimo de povos indígenas como tal. Em vez disso, o termo descreveria aqueles grupos indígenas que conscientemente constroem solidariedades translocais como meio de alcançar objetivos e ambições locais, o que dialoga com o que denomino de geopolítica anticolonial promovida pelos povos indígenas (ZILIO, 2023).

Ao conteúdo do indigenismo, Castree (2004, p. 151) acrescenta alguns elementos. Primeiro, ele é definido com referência a uma determinada base de indivíduos e comunidades. Em outras palavras, é perseguido por e em nome de pessoas que reivindicam uma identidade específica (o “indígena”) pela qual buscam reconhecimento e que, por sua vez, pode ser utilizada como recurso

em lutas específicas. Não sendo “natural” (como qualquer identidade sócio-espacial), é atribuída ou adotada. Segundo, o indigenismo é fundamentalmente sobre o controle do lugar (*control of place*) e a reapropriação de “recursos” que lhes foram retirados, a saber terra e água, artefatos materiais e conhecimentos, todos relacionados ao lugar. Numa abordagem multiescalar, Castree (2004, p. 152) menciona o indigenismo, do ponto de vista geográfico, como o projeto de (re)apropriar certos lugares perseguido por meio de um conjunto de iniciativas translocais que envolvem tanto povos indígenas quanto não indígenas, assim como instituições estatais e internacionais.

Sem dúvidas, os anglófonos do Norte Global tomam indigenismo como sinônimo de movimento indígena, mais especificamente em sua trasescalaridade. Castree (2004, p. 156) evidencia isto ao falar do indigenismo como distintamente internacionalista, onde as demandas ou agendas locais passam por redes e instituições supralocais, sendo simultaneamente uma reação e uma aceitação de redes globais. A trasescalaridade da luta indígena, conforme analiso em outro texto (ZILIO, 2023), é catalisada pela questão ambiental, e a Geografia anglófona não se afasta desta análise, apesar da utilização de abordagens e ferramentas conceituais ainda pouco conhecidas em língua portuguesa.

É notável, diante do exposto até aqui, a centralidade do conceito de lugar (*place*), típico da Geografia anglófona, em detrimento de uma abordagem territorial, mais comum na realidade sócio-espacial latino-americana. Em Abya Yala, os povos em luta desde o início da invasão moderno-colonial tiveram o território como centro de sua resistência. Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1980, o movimento indígena em nosso continente colocou o território como fundamento de sua existência e propõe caminhos alternativos

ao modelo civilizatório capitalista, e nossa Geografia, em diálogo com tais povos, tem retrabalhado o conceito para servir como ferramenta de luta nos mais variados contextos.

A Geografia anglófona, ao menos nos países centrais, marginaliza e mesmo apaga o território de suas análises. Uma busca simples pelos termos *territory*, *territorial* ou *territoriality* nas obras consultadas mostra a quase inexistência de uma abordagem territorial, ao passo que não encontramos textos sem o emprego da palavra *place*, ora como sinônimo de escala local, ora indicando sentimento de pertencimento a um recorte espacial. Ainda que seja uma característica geral diferenciando a Geografia anglófona da latino-americana, nosso entendimento é de que os anglófonos que tratam da questão indígena, ao apagarem o território, apagam também múltiplas dimensões da luta, do modo de vida e da espacialidade dos povos originários.

Geografias mais-que-humanas, relação sociedade-natureza e neoliberalismo ambiental

A análise da questão indígena nos estudos geográficos anglófonos demonstra a crescente utilização da *more-than-human theory* e sua repercussão na Geografia pelas chamadas *more-than-human* (MTH) *geographies*. As teorias mais-que-humanas, para Whatmore (2002 e 2006) e Souza Junior (2021), consideram que o ser humano não se limita à condição humana, estudando as relações das sociedades humanas com os demais seres que coabitam a Terra. Para TallBear (2011) e Elton (2019), a teoria mais-do-que-humana tenta preencher lacunas nas ciências sociais e humanidades, campos que, em grande parte, deixaram de lado os não-humanos na análise. O

fato de que os não-humanos são atores sociais e importantes para os mundos humanos é uma ideia relativamente nova para um pensamento eurocêntrico fundado na separação sociedade humana e natureza não-humana, mas os povos indígenas e muitas culturas orientais desde tempos imemoriais compreendem o humano como inseparável daquilo que comumente é chamado de natureza. Para Kim TallBear, pesquisadora indígena dos Estados Unidos, ver a sociedade como separada da natureza relaciona-se a um “binário colonialista” (*settler colonial binary*) uma vez que o colonialismo europeu impôs e manteve a crença de que os humanos têm domínio sobre o mundo mais-que-humano, e que vivemos separados de outras formas de vida (TallBear, 2016).

Por sua vez, as geografias mais-que-humanas, segundo Isaacs (2020), traçam a multiplicidade de encontros e relações emaranhadas entre humanos e outros não-humanos pelo espaço geográfico. Os seres vivos são colocados em perspectiva relacional, em que a relação entre sociedade e natureza não-humana é central. Para Coombes, Johnson e Howitt (2011, p. 812), é Ruth Panelli quem teria cunhado a ideia de “*more-than-human geographies*”. Ao reconhecer a “agência da natureza” (*nature agency*), o campo da Ecologia Política, construído inclusive por geógrafos, rejeita concepções binárias de cultura e natureza e cria as geografias mais-que-humanas (Panelli, 2010, p. 79).

Isso põe em xeque a separação brutal do pensamento moderno colonial herdado para o qual a sociedade humana seria um ente superior à natureza, esta transformada em estoque inesgotável de recursos. Precisamos, nesse sentido, nos questionar em que medida essa geografia mais-que-humana se equipara ou mesmo é abarcada pelo ambiente (ver, por exemplo, Souza 2019a e 2022), e em que essa

teoria escapa e se difere desse conceito. Lembremos que em inglês *environment* remete diretamente a um entorno, um envoltório, quando perspectivas mais recentes consideram que nós humanos também somos parte do ambiente, não se restringindo àquilo que nos rodeia. Se, como nos lembra Élisée Reclus (1906-1909) em sua abordagem da Geografia Social, “o homem é a natureza tomando consciência de si”, a relação sociedade-natureza lida pelo conceito de ambiente indica o próprio humano como parte desse ambiente. Nesse sentido, seria o entendimento do conceito de ambiente limitado por parte da Geografia anglófona, e a geografia mais-que-humana equivalente ao que hoje compreendemos por Geografia Ambiental?²

A relação sociedade-natureza sob a ideologia neoliberal está presente em diversas análises geográficas nos países do Norte Global. Conforme já mencionado, há um apagamento do território na produção sobre a questão indígena na Geografia de língua inglesa, o que em parte pode explicar limitações da análise geográfica anglófona. A neoliberalização da gestão dos territórios indígenas, ou como preferem os anglófonos, dos lugares indígenas, é também uma preocupação corrente. Com o avanço do neoliberalismo, as preocupações indígenas não podem ser compreendidas isoladamente das mudanças de identidade associadas. Isto destaca o valor do trabalho emergente que combina lições das geografias indígenas com a Ecologia Política para reunir identidade, cultura e ambiente numa análise multiescalar (Vadjunec, Schmink e Greiner, 2011). Stevenson (2006) nos lembra que enquadrar o mundo natural como um ambiente a ser gerenciado é incongruente para alguns povos indígenas e tais deturpações de cogestão levam ao desrespeito às prioridades indígenas, enquanto Coombes, Johnson e Howitt (2011,

² Sobre Geografia Ambiental, ver Souza (2019b).

p. 813) atribuem a uma incapacidade, por parte do Estado neoliberal, de reconhecer e incorporar o pluralismo ontológico nas negociações sobre posse da terra com povos indígenas.

A autodeterminação indígena, então, é inviabilizada pelo legado ambiental colonial (Coombes, 2007). Mesmo com inclinações “preservacionistas”, a perspectiva de planejamento e gestão dos “lugares” adotada é aquela que vê o ser humano como intrinsecamente prejudicial à “natureza”. Hale (2011, p. 206) destaca o problema da propriedade (privada) da terra advinda do Estado colonial, em que o estatuto incontestado da propriedade também reflete o advento do “multiculturalismo neoliberal”, no qual o confronto indígena com o Estado teria sido marginalizado em favor de uma busca mais limitada de reconhecimento cultural e direitos de propriedade. Assim, estudos mais profundos sob uma perspectiva efetivamente anticolonial são necessários para avaliar o quão a luta indígena nos países anglófonos arrefeceu sua ambição e se neoliberalizou. No entanto, ao explorar a conexão, o pertencimento e a coexistência dentro de configurações mais-do-que-humanas, as geografias indígenas promoveriam, para alguns geógrafos, um sentido “otimista” de mudança em meio a uma considerável diversidade de desafios (ver, por exemplo, Larsen e Johnson, 2012a e 2012b).

A neoliberalização da gestão territorial de terras indígenas pela concepção de governança é recorrente na Geografia escrita em língua inglesa. Radcliffe (2015) menciona o que ela denomina de colonialismo interno para se referir à produção de espaços fechados / enclausurados onde a indigeneidade é contida e reproduzida. Para ela, os enclaves indígenas estão inseridos analítica e empiricamente na dinâmica multiescalar de territorialização, mesmo que a

indigeneidade só seja visível quando encontrada em lugares marginais enclausurados. Essa perspectiva dialoga em parte com a problemática brasileira de povos indígenas territorializados em áreas protegidas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), notadamente em Reservas Extrativistas (RESEX) e Florestas Nacionais (FLONAs), e nas Terras Indígenas homologadas.

A corrente utilização do termo governança, ainda que em alguns momentos de modo relativamente crítico, demonstra a quase naturalização de uma concepção neoliberalizante de gestão territorial indígena na Geografia anglófona. Um dos exemplos críticos é o de Bryan (2009), o qual afirma ser muitas vezes reconhecido o conhecimento geográfico indígena apenas quando aplicável para solucionar problemas de governança. Essa perspectiva dialoga com o que Souza (2019a, cap. 6) chama de governamentalização da natureza, a governança como um conjunto de agentes e instituições heterônomas que congregam Estado, corporações privadas e Organizações Não-Governamentais que ora tenta incluir povos indígenas nos circuitos econômicos capitalistas, ora entende o humano como indesejável para alguma preservação da “natureza”. Porém, só faz sentido falar de “governo” da natureza sob uma matriz de racionalidade greco-ocidental. As cosmologias desde Abya Yala não distinguem natureza da condição humana. Logo, o “governo” da natureza também é o “governo” dos humanos, dos demais seres vivos e dos encantados. Não é possível, nas cosmologias originárias, falar do “governo” de apenas uma parte da vida ou da existência.

Por trás do conteúdo ideológico da governança tem-se a suposta inevitabilidade de indígenas se tornarem progressivamente

“empreendedores”, esvaziando sobremaneira as geoepestemes que apontam caminhos alternativos ou mesmo de incompatibilidade e ruptura com o modelo civilizatório capitalista. Textos como o de Schroeder e McDermott (2014) ou o de Jackson e Palmer (2015) se limitam a discutir uma governança ambiental que carrega tal perspectiva, ainda que velada, de inevitabilidade. Coombes, Johnson e Howitt (2011) utilizam a expressão “governança colaborativa”, ignorando que a governança em si tem um conteúdo ideológico neoliberalizante e tentando arrefecer o caráter heterônomo desse modo de gestão territorial. A governança, pois, jamais será “autogovernança”, ou melhor, autogoverno, autoplanejamento e autogestão dos territórios ancestrais. Esse ponto expõe um limite analítico da Geografia anglófona que, na maioria das vezes, não está densamente conectada às lutas por autonomia de nossa Abya Yala.

Algumas exceções são observadas, por exemplo, em Radcliffe (2014 e 2019), para quem a Geografia posiciona os povos indígenas e outros subalternizados como meros condutores de melhores “soluções” para problemas não causados por eles. Ela demonstra que sob o capitalismo neoliberal predominante, os sujeitos indígenas são necessariamente arrastados para as configurações muitas vezes ambíguas, difundidas e em constante mutação da subjetividade, disciplina e agência neoliberal (Radcliffe, 2019, p. 378). Nesse contexto, as terras e outros “recursos” indígenas tornam-se investíveis sob o prisma neoliberal.

Desde meados da década de 1990, os sujeitos indígenas têm sido incentivados a desenvolver o potencial de mercado da diferença étnica, uma fórmula política que desenvolveu novas iterações e ênfases no início do século XXI. Mais adiante, Radcliffe (2019, p. 379) argumenta que em sociedades coloniais anglófonas nota-se o

surgimento de corporações indígenas e instrumentos econômicos baseados em terras indígenas. Estudos como os de Chandra (2018) evidenciam que as “empresas sociais” (*social enterprises*) estão cada vez mais se associando aos povos indígenas como partes interessadas ativas na organização de suas terras. São cada vez mais comuns nos países anglófonos casos em que associações indígenas se transformam em pequenas empresas para comercializar “ativos ambientais”, o que justifica tais considerações. Radcliffe (2019) nota que a promoção neoliberal de produtos e serviços indígenas nos mercados globais reflete a dimensão de uma atribuição moderno-colonial de continuidade e estabilidade (não estatal) aos povos e lugares indígenas. Observo, assim, a influência da perspectiva anticolonial/descolonial de autores como Rivera Cusicanqui (2014) no pensamento de Radcliffe e que aparecem nas próprias referências bibliográficas dos artigos da autora britânica, algo que o levantamento bibliográfico realizado demonstra ser exceção na Geografia escrita em língua inglesa.

A relação sociedade-natureza sob o neoliberalismo está presente em diversas análises geográficas nos países do Norte Global. O apagamento do território na produção sobre a questão indígena na Geografia de língua inglesa deve ser contraposto com a perspectiva de que o controle do território é fundamental para a forma contemporânea de exploração de recursos naturais (Porto-Gonçalves, 2006, p. 287). A separação entre o lugar de extração, o lugar de transformação e o lugar de consumo mostram que a produção no capitalismo não é realizada para os do lugar, muitas vezes é feita contra ou sob a expulsão dos nativos do lugar (idem, p. 289-290). Tais do lugar não raro são indígenas com matrizes de racionalidade que não distinguem o que a moderno-colonialidade

postulou como sociedade e natureza. Para Porto-Gonçalves (2006, p. 288),

O fundamento da relação da sociedade com a natureza sob o capitalismo está baseado na separação, a mais radical possível, entre os homens e mulheres, de um lado, e a natureza, de outro. A generalização do instituto da propriedade privada, ao privar a maior parte dos homens e das mulheres do acesso aos recursos naturais, cumpre um papel fundamental na constituição do capitalismo.

Vimos que nos países anglófonos centrais do capitalismo, territórios ancestrais são transmutados em propriedades privadas até sob gestão de indígenas, mas imersos na lógica da forma-mercadoria. Os conflitos de territorialidades envolvendo povos originários, que também são conflitos ambientais e conflitos geoepistêmicos (ZILIO, 2021), se configuram como conflitos de racionalidades, de formas de apropriação social da natureza, sendo estes portadores de uma racionalidade ambiental (Leff, 2006) antagônica ao capitalismo. Em parte, pois, a questão indígena na Geografia anglófona é tratada sob o véu da naturalização do neoliberalismo como única perspectiva de vida possível, mesmo para povos de cosmologias radicalmente diferentes, cabendo à geógrafa e ao geógrafo contribuírem apenas para uma adaptação menos nociva ao modelo civilizatório “inevitável”.

Considerações finais: sistematizando conceitos para um diálogo com Abya Yala?

A questão colocada para as Geografias indígenas, sob uma perspectiva anticolonial desde Abya Yala, é o problema da matriz de racionalidade greco-ocidental imposta a povos de cosmologias e espacialidades diversas. Na articulação com os povos em luta

aprendemos que a espacialidade do Estado moderno, fundada na lógica euclidiana, se opõe e se sobrepõe às lógicas espaciais originárias (ZILIO, 2022). A Geografia anglófona caminha, de maneira geral, entre o estudo da disputa por recursos naturais, as formas de “governo da natureza” (governança, para utilizar um termo neoliberal) e a compreensão do ser indígena no centro do capitalismo mundial, utilizando largamente o conceito de lugar (*place*) e deixando de lado o de território.

Algumas palavras sobre o espaço de escrita do presente texto merecem ser colocadas. Apesar de encontrarmos artigos sobre a Amazônia, quase nenhum foca em povos indígenas. Conforme destacado, a maior parte dos textos tem como referencial empírico territórios indígenas nos EUA, no Canadá, na Austrália e na Nova Zelândia. Alguns apresentam referenciais de países andinos como Equador e Peru, oriundos de parcerias entre pesquisadores de países anglófonos e hispanohablantes, outros a partir de geógrafas/os andinas/os que realizam ou realizaram seu doutorado na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Contudo, as referências empíricas andinas não são suficientes para tencionar as abordagens, os conceitos e as teorias aqui apresentados. Sendo a Amazônia uma região-chave para a compreensão do papel e do “lugar” dos povos indígenas no mundo, a Geografia anglófona preocupada com a indigeneidade carece não somente de referências empíricas amazônicas, mas também (e principalmente) de teorias forjadas na Amazônia.

Diante desse cenário, é importante incorporarmos criticamente a ideia de indigeneidade. Entendo que se trata de uma via de mão dupla: indigeneidade como resistência e existência reflexo do ser indígena no mundo; e indigeneidade como embalagem de um produto, uma mercadoria. As geografias mais-que-humanas

merecem melhor escrutínio para serem eventualmente operacionalizadas em nossas análises desde Abya Yala. A teoria do mais-que-humano, elaborada no Norte Global, não deve ser utilizada acriticamente no Sul Global, sob pena de perpetuarmos a colonialidade do saber. Em nosso continente dispomos de um arsenal teórico-conceitual que abarca, ao menos, grande parte da teoria do mais-que-humano nas intersecções entre ambiente, território e geoepesteme. O humano como indissociável da natureza e os seres materiais e imateriais, os encantados e as cosmologias originárias compreendem e mesmo vão além dessa teoria anglófona que não dá conta da complexidade dos territórios ancestrais – inclusive, opera um apagamento do território em suas análises.

De certo modo, em Abya Yala temos produzido conhecimento mais aprofundado sobre a espacialidade dos povos originários. Contudo, a geopolítica da língua inglesa, reflexo da constituição do sistema-mundo moderno-colonial e do imperialismo, ainda subjugava as teorias elaboradas em espanhol, português e, por que não mencionar, em nheengatu, guarani, wai wai, munduruku, terena, quéchua e aimará.

Referências

BARGH, Maria. The triumph of Maori entrepreneurs or diverse economies? In: *Aboriginal Policy Studies*. Vol. 1, nº 3. Alberta: University of Alberta, p. 53–69, 2011.

BRYAN, Joe. Where would we be without them? Knowledge, space and power in Indigenous politics. In: *Futures*. V. 41. s.l., Elsevier, p. 24–32, 2009.

CASTREE, Noel. Differential geographies: place, indigenous rights and 'local' resources. In: *Political Geography*. Nº 23. s.l., Elsevier, p. 133-167, 2004.

CHANDRA, Yanto. New narratives of development work? Making sense of social entrepreneurs' development narratives across time and economies. In: *World Development*. n° 107. s.l., Elsevier, p. 306–326, 2018.

COOMBES, Brad. Defending community? Indigeneity, self-determination and institutional ambivalence in the restoration of Lake Whakaki. In: *Geoforum*. Vol. 38, n° 1. s.l., Elsevier, p. 60–72, 2007.

COOMBES, Brad; JOHNSON, Jay; HOWITT, Richard. Indigenous geographies I: Mere resource conflicts? The complexities in Indigenous land and environmental claims. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 36, n° 6. s.l., SAGE, p. 810-821, 2011.

COOMBES, Brad; JOHNSON, Jay; HOWITT, Richard. Indigenous geographies II: The aspirational spaces in postcolonial politics – reconciliation, belonging and social provision. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 37, n° 5. s.l., SAGE, p. 691-700, 2012.

COOMBES, Brad; JOHNSON, Jay; HOWITT, Richard. Indigenous geographies III: Methodological innovation and the unsettling of participatory research. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 38, n° 6. s.l., SAGE, p. 845-854, 2014.

ELTON, Sarah. Posthumanism Invited to Dinner: Exploring the Potential of a More-Than-Human Perspective in Food Studies. In: *Gastronomica: The Journal for Critical Food Studies*. Vol. 19, n° 2. Oakland: University of California Press, p. 6-15, 2019.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 (1961).

FOSTER, John Bellamy. Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology. In: *American Journal of Sociology*. V. 105, n° 2. Chicago: University of Chicago Press, p. 366-405, 1999.

GIDDENS, Anthony. The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration. *Berkeley*: University of California Press, 1984.

HALE, Charles. Resistencia para que? Territory, autonomy and neoliberal entanglements in the “empty spaces” of Central America. In: *Economy and Society*. Vol. 40, n° 2. s.l., Taylor & Francis, p. 184-210, 2011.

HALLBOOM, Bethany; CAMPBELL, Lisa. Scale, networks, and information strategies: Exploring indigenous peoples’ refusal of a protected area in Suriname. In: *Global Network*. Vol. 12, n° 3. s.l., Wiley, p. 375–394, 2011.

HOWITT, Richard. Getting the scale right? A relational scale politics of native title in Australia. In: KEIL, Roger; MAHON, Rianne (eds.). *Leviathan Undone? Towards a Political Economy of Scale*. Vancouver: University of British Columbia Press, p. 141–155, 2009.

ISAACS, Jenny. More-than-human geographies. In: CASTREE, Noel; GOODCHILD, Michael; KOBAYASHI, Audrey; LIU, Weidong; MARSTON, Richard. *The International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2020.

JACKSON, Sue; PALMER, Lisa. Reconceptualizing ecosystem services: Possibilities for cultivating and valuing the ethics and practices of care. In: *Progress in Human Geography*. V. 39, n° 2. s.l., SAGE, p. 122–145, 2015.

LAING, Anna. Beyond the zeitgeist of ‘post-neoliberal’ theory in Latin America: The politics of anti-colonial struggles in Bolivia. In: *Antipode*. Vol. 44. s.l., Wiley, p. 1051–1054, 2012.

LAING, Anna. *Territory, resistance and struggles for the plurinational state: the spatial politics of the TIPNIS Conflict*. PhD thesis. Glasgow: University of Glasgow, 2015.

LAING, Anna. Re-producing territory: between resource nationalism and indigenous self-determination in Bolivia. In: *Geoforum*. Vol. 108. s.l., Elsevier, p. 28-38, 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, p. 21-54, 2005.

LARSEN, Soren; JOHNSON, Jay. In between worlds: place, experience, and research in Indigenous geography. In: *Journal of Cultural Geography*. Vol. 29, nº 1. s.l., p. 1-13, 2012a.

LARSEN, Soren; JOHNSON, Jay. Toward an Open Sense of Place: Phenomenology, Affinity, and the Question of Being. In: *Annals of the American Association of Geographers*. Vol. 102, nº 3. s.l., Taylor & Francis, p. 632-646, 2012b.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIVINGSTONE, David. *The Geographical Tradition*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. In: *Geographia*. Vol 7, nº 13. Niterói: Universidade Federal Fluminense, p. 7-28, 2005.

NIEZEN, Ronald. Recognizing indigenism: Canadian Unity and the International Movement of Indigenous Peoples. In: *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 42, nº 1. Cambridge: Cambridge University Press, p. 119-148, 2000.

PANELLI, Ruth. Social geographies: encounters with Indigenous and more-than-White/Anglo geographies. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 32, nº 6. s.l., SAGE, p. 801-811, 2008.

PANELLI, Ruth. More-than-human social geographies: Posthuman and other possibilities. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 34, nº 1. s.l., SAGE, p. 79-87, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, p. 217-256, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RADCLIFFE, Sarah. Entangling resistance, ethnicity, gender and nation in Ecuador. In: PADDINSON, Ronan; PHILO, Chris;

ROUTLEDGE, Paul; SHARP, Joanne (eds.). *Entanglements of Power: Geographies of Domination/Resistance*. Londres: Routledge, p. 164–181, 1999.

RADCLIFFE, Sarah. Development for a postneoliberal era? Sumak kawsay, living well and the limits to decolonisation in Ecuador. In: *Geoforum*. Vol. 43, n° 2. s.l., Elsevier, p. 240–249, 2012.

RADCLIFFE, Sarah. Gendered frontiers of land control: Indigenous territory, women and contests over land in Ecuador. In: *Gender, Place and Culture*. Vol. 21, n 7. s.l., Taylor & Francis, p. 854-871, 2013.

RADCLIFFE, Sarah. Plural knowledges and modernity: Social difference and geographical explanations. In: OKAMOTO, Kohei; ISHIKAWA, Yoshitaka (orgs.). *Traditional Wisdom and Modern Knowledge for the Earth's Future*. Tokyo: Springer, p. 79–102, 2014.

RADCLIFFE, Sarah. Geography and indigeneity I: Indigeneity, coloniality and knowledge. In: *Progress in Human Geography*. Vol 41, n° 2. s.l., SAGE, p. 220-229, 2015.

RADCLIFFE, Sarah. Geography and indigeneity II: Critical geographies of indigenous bodily politics. In: *Progress in Human Geography*. Vol 42, n° 3. s.l., SAGE, p. 436-445, 2017.

RADCLIFFE, Sarah. Geography and indigeneity III: Co-articulation of colonialism and capitalism in indigeneity's economies. In: *Progress in Human Geography*. Vol 44, n° 2. SAGE, p. 374-388, 2019.

RADCLIFFE, Sarah. *Decolonizing Geography: an Introduction*. Cambridge: Polity Press, 2022.

RECLUS, Élisée. *El Hombre y la Tierra*. 6 tomos. Barcelona: Escuela Moderna, 1906-1909 (1905-1908).

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. The Potosí Principle: Another view of totality. In: *E-misférica*. Vol. 11, n° 1. Special issue on Decolonial Gesture. s.l., Hemisférica, 2014.

SCHROEDER, Heike; MCDERMOTT, Constance. Beyond carbon: Enabling justice and equity in REDD+ across levels of governance. In: *Ecology and Society*, v. 19, n° 1. s.n., s. l., p. 31, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? In: *Ambientes: revista de Geografia e Ecologia Política*. V. 1, nº1. s. l., Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental, p. 14-37, 2019b.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambiente. In: *Geographia*. V.24, nº 53. Niterói: Universidade Federal Fluminense, p. 1-6, 2022.

SOUZA JUNIOR, Carlos Roberto Bernardes de. More-than-human cultural geographies towards co-dwelling on Earth. In: *Mercator*. Vol. 20, nº 1. Fortaleza: UFC, p. 1-10, 2021.

STEVENS, Stan. Implementing the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples and international human rights law through the recognition of ICCAs. In: *Policy Matters*. nº 17. s.l., ICCA, p. 181–194, 2010.

TALLBEAR, Kim. Why Interspecies Thinking Needs Indigenous Standpoints? In: *The Human is More Than Human Series*. Society for Cultural Anthropology, 2011. Disponível em <https://culanth.org/fieldsights/why-interspecies-thinking-needs-indigenous-standpoints>. Acesso em 30/03/2024.

TALLBEAR, Kim. Dear Indigenous Studies, It's Not Me, It's You: Why I Left and What Needs to Change. In: MORETON-ROBINSON, Aileen (ed.). *Critical Indigenous Studies: Engagements in First World Locations*. Tucson: University of Arizona Press, 2016.

VADJUNEC, Jacqueline; SCHMINK, Marianne; GREINER, Alyson. New Amazonian geographies: Emerging identities and landscapes. In: *Journal of Cultural Geography*. Vol. 28, nº 1. Taylor & Francis, p. 1-20, 2011.

WHATMORE, Sarah. *Hybrid geographies: natures, cultures, spaces*. Londres: SAGE, 2002.

WHATMORE, Sara. Materialist returns: practicing cultural geography in and for a more-than-human world. In: *Cultural Geographies*. Vol. 13. s.l., SAGE, p. 600-609, 2006.

ZILIO, Rafael. A fronteira abissal no Oeste do Pará: conflitos geoepistêmicos frente a implantação de grandes projetos espaciais. In: *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*. V. 3, nº 1. 2021. P. 83-106

ZILIO, Rafael. Práticas espaciais insurgentes do movimento indígena no Brasil diante da ofensiva jurídico-legal contemporânea. In: *Ateliê Geográfico*. Vol 16, nº 3. Goiânia: UFG, 2022. P. 305-322.

ZILIO, Rafael. A geopolítica anticolonial na transescalaridade da luta indígena. In: *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*. Vol 5, nº 2. 2023. P. 18-49.

Recebido para publicação em 13/03/2025

Aceito para publicação em 03/09/2025